

RECOMENDAÇÃO DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO SOBRE OS RECURSOS HUMANOS NAS ESCOLAS DE SETÚBAL

Objetivo: Criar um relatório com base numa avaliação rigorosa, com um ponto de situação atualizado.

Introdução

A escola pública é um pilar essencial do desenvolvimento social, educativo e económico do concelho. O seu funcionamento diário depende, de forma crítica, da existência de recursos humanos suficientes, qualificados e devidamente distribuídos, em particular no que respeita aos assistentes operacionais.

Desde a descentralização de competências na área da educação, em Abril de 2022, que o município de Setúbal assumiu novas responsabilidades na gestão dos recursos humanos não docentes. Persistem relatos recorrentes da escassez de recursos humanos com impacto direto na segurança, no bem-estar das crianças e no normal funcionamento das escolas.

A educação constitui um direito fundamental e um bem público essencial, devendo ser garantida pelo Estado e pelas autarquias locais de forma universal, equitativa e com qualidade. Uma escola pública forte, inclusiva e humanizada é condição indispensável para a igualdade de oportunidades, a coesão social e o desenvolvimento sustentável do território.

A ausência ou insuficiência de assistentes operacionais e técnicos têm impacto direto na segurança, no bem-estar das crianças e jovens, na inclusão de alunos com necessidades específicas e no regular funcionamento das atividades letivas.

No concelho de Setúbal têm-se verificado, de forma recorrente, situações particularmente preocupantes, incluindo encerramentos temporários ou parciais de estabelecimentos de ensino, redução de horários letivos, sobrecarga das equipas existentes e dificuldades persistentes na substituição de ausências prolongadas. Estas ocorrências, além de penalizar alunos e famílias, revelam fragilidades estruturais que não podem ser tratadas apenas de forma reativa ou casuística.

Neste contexto, impõe-se a realização de um diagnóstico aprofundado, sistemático e prospetivo sobre os recursos humanos nas escolas do concelho, que permita identificar constrangimentos, antecipar riscos futuros e construir soluções sustentáveis, valorizando o trabalho dos profissionais da educação e colocando as crianças e jovens no centro das políticas públicas.

Acresce ainda a necessidade de olhar para os recursos humanos não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. As assistentes operacionais desempenham hoje um papel central no quotidiano escolar, estando frequentemente na linha da frente da gestão de conflitos, do acompanhamento de alunos com necessidades educativas específicas, da promoção de ambientes seguros e da mediação de situações de elevada complexidade emocional e social. Torna-se, por isso, indispensável garantir formação contínua e adequada nas áreas da pedagogia básica, gestão de conflitos, inclusão, necessidades educativas específicas e primeiros sinais de risco psicossocial, valorizando profissionalmente estas funções e reforçando a capacidade das escolas para responder de forma preventiva, eficaz e humanizada aos desafios atuais.

Importa ainda sublinhar que a comunidade educativa depende, em grande medida, da capacidade de liderança, representação e defesa institucional do município junto do Governo e do Ministério da Educação. Num quadro de competências partilhadas, cabe à autarquia assumir um papel ativo na identificação de necessidades, na fundamentação técnica das reivindicações e na exigência de respostas adequadas por parte da administração central, garantindo que as especificidades do território são devidamente consideradas e que os interesses das comunidades educativas do concelho são defendidos de forma firme, informada e continuada.

Esta recomendação não visa a crítica pontual, mas sim a construção de uma base sólida de diagnóstico, essencial para políticas públicas eficazes, sustentáveis e justas, assegurando que nenhuma escola do concelho funcione abaixo dos mínimos necessários para garantir segurança, inclusão e qualidade educativa.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária a 22 de Dezembro 2025, recomenda ao executivo camarário que elabore um relatório exaustivo e sistematizado sobre o ponto de situação dos recursos humanos afetos às escolas do concelho, por agrupamento e por estabelecimento de ensino. Importante que:

- 1) Clarifique os mecanismos de recrutamento e contratação, identificando os obstáculos identificados nos procedimentos administrativos;
- 2) Analise o interesse e a resposta do mercado de trabalho, incluindo o número de candidaturas por concurso e os principais motivos identificados para a escassez de candidatos;
- 3) Tenha um histórico do fluxo de contratações desde a descentralização de competências, incluindo as entradas e saídas de trabalhadores por ano letivo, incluindo uma previsão da diminuição de recursos humanos por reforma expectáveis nos próximos três anos;
- 4) Inclua as ações de formação realizadas para as assistentes operacionais das escolas do concelho e as que estão previstas no futuro próximo.

Este relatório deverá ser apresentado, aquando a sua conclusão, à Assembleia Municipal de Setúbal.

Setúbal, 22 de Dezembro 2025
A deputada municipal eleita pelo LIVRE
Fátima Calado Pereira

